

# A (IN) Sustentabilidade De Arranjos Socioprodutivos Da Comunidade Ribeirinha Vista Alegre, Localizada No Baixo Rio Branco (RR), Na Amazônia Setentrional

Rubens Savaris Leal<sup>1</sup>, Georgia Patrícia da Silva Ferko<sup>2</sup>, Lucio Keury Almeida Galdino<sup>3</sup>, Edir Vilmar Henig<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Roraima; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1715-4247>

<sup>2</sup>Universidade Federal de Roraima; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7853-8773>

<sup>3</sup>Universidade Federal de Roraima; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8166-9002>

<sup>4</sup>Universidade Estadual de Roraima; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8191-1935>

## Resumo:

Este estudo tem como objetivo analisar como os arranjos socioprodutivos da comunidade ribeirinha Vista Alegre, situada no Baixo Rio Branco (RR), na Amazônia Setentrional, contribuem para a sustentabilidade territorial. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, recorrendo ao uso de entrevistas semiestruturadas, a observação participante e pesquisa documental. Utilizou-se a técnica de snowball, que resultou na aplicação do instrumento com 6 participantes. Os resultados revelaram que a pesca artesanal e a agricultura familiar são pilares econômicos, garantindo segurança alimentar e renda para 80% das famílias, que vivem com até dois salários mínimos. Entretanto, a dependência dos ciclos do rio Branco expõe vulnerabilidades, especialmente durante cheias e secas. A participação feminina destacou-se em cooperativas e no turismo, estratégias que diversificam a economia, embora persistam desigualdades de gênero na pesca artesanal. Desafios como a falta de infraestrutura, tecnologias para conservação do pescado e pressões decorrentes de grandes projetos (como a BR-174) foram críticos. A sustentabilidade dos arranjos depende da integração entre saberes tradicionais e políticas públicas que priorizem modelos de desenvolvimento que consideram as dinâmicas da comunidade e desafios atualmente enfrentados.

**Palavras-chaves:** gênero, dinâmicas econômicas, políticas públicas.

Date of Submission: 05-01-2025

Date of Acceptance: 15-03-2025

## I. Introdução

Desde da pré-história, sempre houve a procura de maneiras de sobrevivência e de viver em harmonia com a natureza. A arqueologia mostra que as sociedades antigas conseguiram um certo equilíbrio, vivendo de forma sustentável e dependendo dos ecossistemas ao redor (Diamond, 1997). Esse modelo se baseia na reciclagem dos recursos e no respeito aos ciclos naturais, o que ajuda muito a pensar sobre o desenvolvimento sustentável hoje, especialmente nesse momento de crise climática e com os recursos se esgotando (Lévi-Strauss, 1955).

Na Amazônia, as comunidades ribeirinhas tradicionais personificam essa relação simbiótica. Seus territórios, analisados por Almeida (2004) e Castro (2000) como espaços de reprodução social e cultural, funcionam como sistemas multifuncionais de governança, onde práticas produtivas se entrelaçam com a preservação ambiental. Sob jurisdição híbrida entre Estado e dinâmicas locais (Little, 2002; Oliveira, 2007), essas comunidades desenvolvem arranjos socioprodutivos informais que refletem estratégias adaptativas ao ambiente fluvial, como a gestão sazonal de recursos e a agricultura itinerante (Harris, 1998). Tais práticas, embora muitas vezes marginalizadas, são modelos de sustentabilidade que integram produção, subsistência e regeneração ecológica.

A territorialidade, conforme Santos (1996; 2001), é um eixo estruturante dessa sustentabilidade, pois vai além do espaço físico, representando uma construção identitária que influencia as dinâmicas produtivas locais. Nesse contexto, os arranjos socioprodutivos funcionam como estratégias de adaptação, permitindo que comunidades amazônicas conciliem produção econômica e preservação ambiental.

A Comunidade Ribeirinha Vista Alegre (CRVA), situada no Baixo Rio Branco (RR), no município de Caracará-RR, exemplifica essa dinâmica por meio de práticas que combinam pesca artesanal, agricultura familiar e cooperativismo (Veiga, 2008). Esses arranjos, ao promoverem a gestão colaborativa de recursos (Ostrom, 1990), fortalecem a resiliência comunitária, conceito imbricado em contextos de vulnerabilidade socioecológica (Berkes, 1998).

A Comunidade Ribeirinha Vista Alegre, doravante CRVA, localizada no Baixo Rio Branco, em

Roraima, configura-se como um exemplo emblemático de organização socioprodutiva tradicional, cuja resiliência perdura há décadas. Suas práticas econômicas e culturais estão ancoradas em modos de vida adaptados aos ciclos sazonais do rio, à pesca artesanal, ao extrativismo sustentável e à agricultura de subsistência (Berkes, 1998). Entretanto, nas últimas décadas, a região vem passando por transformações significativas, impulsionadas pela expansão da atividade turística e pela construção de infraestruturas, como pontes e outras vias de acesso, que alteram as dinâmicas territoriais históricas (Fearnside, 2005, Veras, 2022).

Essas mudanças exigem análises interdisciplinares para compreender seus impactos na sustentabilidade socioambiental. Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo analisar como os arranjos socioprodutivos na CRVA contribuem para a sustentabilidade territorial. A pesquisa explora três aspectos principais: (i) as dinâmicas econômicas e sociais que estruturam esses arranjos, (ii) a participação comunitária e o papel das diferentes categorias de atores locais, e (iii) os desafios socioambientais que afetam sua efetividade e continuidade. Parte-se do pressuposto de que tais arranjos, ao articular políticas públicas, práticas locais e gestão de recursos naturais (Ostrom, 1990; Berkes, 1998), fortalecem a resiliência comunitária.

A investigação dos arranjos socioprodutivos na CRVA justifica-se pela necessidade de dar visibilidade a modelos de desenvolvimento que conciliam produção e conservação ambiental, especialmente em biomas críticos como a Amazônia. Enquanto a crise climática exige alternativas ao extrativismo predatório, comunidades tradicionais como a CRVA podem ter desenvolvido práticas de sustentabilidade circular, baseadas em séculos de adaptação aos ciclos ecológicos (Diamond, 1997; Moran, 1993).

## **II. Arranjos Socioprodutivos, Territorialidade E Sustentabilidade Na Amazônia**

Os estudos sobre arranjos socioprodutivos e Arranjos Produtivos Locais (APLs) emergem como ferramentas analíticas essenciais para compreender as dinâmicas entre economia, sociedade e ambiente, especialmente em contextos de comunidades tradicionais amazônicas. De acordo com Santos (1996; 2001), o território não é apenas um espaço físico, mas uma construção social carregada de significados políticos e identitários, o que ressoa na organização de APLs que articulam práticas locais e relações de poder.

Essa perspectiva dialoga com Almeida (2004) e Castro (2000), que destacam a centralidade do território na reprodução sociocultural de comunidades tradicionais, onde a gestão dos recursos naturais está intrinsecamente ligada a modos de vida ancestrais. A origem dos APLs remonta aos distritos industriais marshallianos, estudados por Becattini (1990) na Terceira Itália, caracterizados pela concentração geográfica de pequenas empresas e sinergias cooperativo-competitivas. No Brasil, essa lógica foi adaptada por Campos et al. (2008), que enfatizam a importância da cooperação interinstitucional para a competitividade regional. Todavia, na Amazônia, os APLs adquirem contornos singulares, conforme apontam Becker (2004) e Moran (1993), ao incorporarem saberes tradicionais e dinâmicas de uso coletivo do território, como a pesca artesanal e o extrativismo sustentável.

Os arranjos socioprodutivos, por sua vez, surgem como resposta às contradições da globalização, buscando conciliar produção econômica e equidade social. Veiga (2008) destaca seu potencial para integrar atores marginalizados, como comunidades ribeirinhas, em redes de cooperação que valorizam o conhecimento tradicional-comunitário.

Essa abordagem ecoa junto aos estudos de Ostrom (1990) e Berkes (1998), para quem a governança compartilhada de recursos naturais conflua para a sustentabilidade socioecológica, tema crítico em regiões como o Baixo Rio Branco, onde pressões externas ameaçam modos de vida tradicionais (Fearnside, 2005). Igualmente, a interação entre APLs e territorialidade ganha relevância na Amazônia Setentrional, onde comunidades como a Comunidade Ribeirinha Vista Alegre - a CRVA organizam-se em torno de atividades como a pesca artesanal (Veras, 2022).

Para Diegues (2000), essas práticas estão fundamentadas em uma "ecologia simbólica" que conecta economia, cultura e meio ambiente, fortalecendo a resiliência das comunidades diante de crises, como abordado por Adger (2000). Nesse contexto, o associativismo, conforme analisado por Araújo e Sampaio (2004), emerge como uma estratégia para superar a lógica utilitarista do mercado, estimulando a criação de microempreendimentos compartilhados que priorizam a sustentabilidade territorial.

A crítica à economia dominante, exposta por Polanyi (1944), encontra eco nos arranjos socioprodutivos amazônicos, que buscam equilibrar produção e preservação. Rodriguez e Silva (2010) defendem que a integração da dimensão ambiental nas relações produtivas exige uma abordagem holística, na qual aspectos como clima, recursos hídricos e uso do solo são considerados no planejamento.

Essa abordagem está em sintonia com a socioeconomia das organizações proposta por Sachs (2003), que defende modelos inclusivos capazes de gerar renda sem comprometer a base ecológica. Além disso, a sustentabilidade territorial exige uma integração entre políticas públicas e autonomia local, como ressaltam Little (2002) e Oliveira (2007), que enfatizam a necessidade de instrumentos de gestão adaptados às particularidades da Amazônia. A Mondragón Corporação Cooperativa, mencionada por Santos e Rodríguez (2002), serve como exemplo de como arranjos cooperativos podem equilibrar a escala global com as dinâmicas

locais, oferecendo possíveis caminhos para a Amazônia, onde a tensão entre desenvolvimento e conservação continua a ser um desafio central.

### **III. Comunidades Ribeirinhas Em Roraima**

As comunidades ribeirinhas da Amazônia Setentrional, especialmente no estado de Roraima, representam um intrincado entrelaçamento entre cultura, economia e ecossistema. Localizadas nas margens dos rios, elas mantêm uma relação simbiótica com o ambiente, onde o rio vai além de um simples recurso hídrico, sendo um eixo fundamental para suas vidas. Como aponta Diegues (2000), essa interdependência configura um sistema de "etnoconhecimento hidrológico", no qual práticas tradicionais de pesca, agricultura e extrativismo são passadas de geração em geração, garantindo tanto a subsistência quanto a preservação ambiental.

Nesse cenário, os arranjos socioprodutivos surgem como mecanismos adaptativos, capazes de equilibrar a produção econômica com a sustentabilidade, um desafio central em regiões expostas a pressões externas, como a expansão da pecuária e do garimpo ilegal (Becker, 2004). A organização socioprodutiva dessas comunidades segue o modelo de uma economia circular, na qual a diversificação de atividades – como pesca artesanal, cultivo de mandioca e coleta de frutos nativos – assegura resiliência diante das variações sazonais.

Moran (1993), destaca que a sazonalidade amazônica, dividida entre os períodos de cheia e seca, exige estratégias flexíveis: durante as cheias, a pesca se intensifica nos lagos temporários formados pelas inundações, enquanto na seca, as áreas expostas se tornam roçados.

Essa dinâmica, observada nas comunidades ribeirinhas, revela um sistema integrado de gestão territorial, no qual o conhecimento ecológico tradicional orienta o uso dos recursos naturais. Ostrom (1990) destaca que práticas baseadas em regras comunitárias, como essas, evitam a "tragédia dos comuns", assegurando a renovação dos estoques pesqueiros e a fertilidade do solo.

No entanto, nem tudo é harmonia; há tensões estruturais em jogo. A implementação de grandes projetos de infraestrutura, como a pavimentação da BR-174, juntamente com a expansão do garimpo no Rio Uraricoera, conforme apontado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2022), fragmenta os territórios tradicionais e intensifica os conflitos pelo acesso aos recursos, como ocorre no caso do turismo de pesca.

Essas pressões externas são ainda mais agravadas pela invisibilidade estatística: muitas comunidades, como a CRVA, são classificadas pelo IBGE como "aglomerados urbanos", o que apaga sua identidade ribeirinha e dificulta a implementação de políticas públicas adequadas (Veras, 2020 – informação oral). Essa marginalização institucional, como observa Little (2002), reflete uma visão desenvolvimentista que prioriza a integração regional em detrimento dos modos de vida locais, colocando em risco tanto a coesão social quanto a biodiversidade.

Diante desse cenário, iniciativas como a Cooperativa Mista de Produtores Extrativistas do Rio Branco (COMARB) exemplificam o potencial dos arranjos socioprodutivos para harmonizar tradição e inovação. Fundada em 2010, a COMARB reúne 120 famílias em atividades como pesca manejada, produção de farinha de mandioca e turismo de base comunitária. De acordo com dados do ICMBio (2021), entre 2015 e 2020, a cooperativa aumentou a renda média das famílias em 40%, enquanto mantinha taxas de desmatamento inferiores a 0,2% ao ano.

Esse modelo, analisado por Rodriguez e Silva (2010), demonstra como a cooperação intercomunitária e a valorização de saberes tradicionais podem promover o desenvolvimento sem comprometer a base ecológica. Além disso, eventos como o Tucunaré na Brasa, realizado anualmente em Caracará, transformam a pesca em um ativo cultural, atraindo turistas e fortalecendo a identidade local.

Todavia, a sustentabilidade dessas iniciativas depende de políticas públicas que reconheçam a singularidade da Amazônia. O Plano Estadual de Pesca Artesanal de Roraima (2018-2023), por exemplo, propõe zoneamentos ecológico-econômicos que delimitam áreas de uso tradicional, uma medida que Castro (2000) descreve como "ordenamento biocultural". No entanto, críticos como Araújo e Sampaio (2004) alertam que a eficácia dessas políticas é comprometida pela falta de participação das comunidades nas instâncias decisórias.

Um assunto que realmente precisa de uma atenção especial é a erosão cultural em alguns municípios de Roraima. Os jovens que moram nas margens dos rios, atraídos pelas oportunidades de estudar e trabalhar em grandes cidades como Boa Vista, a capital de Roraima, acabam se mudando e, com isso, interrompem a passagem dos saberes tradicionais. O Gusfield (1975) fala disso como 'desterritorialização pós-moderna', um processo onde os laços da comunidade vão dando espaço para relações mais individualistas.

Os moradores das comunidades no Baixo Rio Branco vivem na pele os desafios e as oportunidades que a Amazônia oferece. Eles têm modos próprios de trabalhar e sobreviver, que vêm de longa data e resistem ao tempo, mas ainda lutam para serem reconhecidos legalmente e receber o suporte necessário. Além disso, a troca entre o conhecimento passado de geração em geração e os estudos científicos pode ser um caminho para garantir

um futuro mais seguro para todos. Como disse Fearnside (2005), proteger a Amazônia não se resume a cuidar do meio ambiente, mas também a garantir dignidade para quem faz parte dela, respeitando formas diferentes de crescer sem destruir

Políticas como a criação de fundos estaduais para a bioeconomia, a certificação de produtos comunitários e a inclusão dessas comunidades no marco da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial são passos essenciais para a agenda pública, considerando as fases (ciclo) das políticas públicas. Como destaca Leff (2001), a sustentabilidade será alcançada somente quando a diversidade cultural e ecológica for reconhecida como base, e não obstáculo, ao progresso.

#### **IV. Metodologia**

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, com foco no estudo de caso da CRVA, localizada no Baixo Rio Branco, município de Caracará-RR. O objetivo principal foi analisar os arranjos socioprodutivos e sua relação com a sustentabilidade territorial, explorando três dimensões essenciais: a identificação dos atores envolvidos, a contribuição econômica desses arranjos e os desafios à sua efetividade. Para alcançar esse objetivo, o desenho metodológico utilizou a triangulação de técnicas, incluindo entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental, garantindo a robustez dos resultados, conforme orientações de Gil (2002).

A escolha da CRVA como local da pesquisa se justifica pela sua relevância socioambiental na Amazônia Setentrional. Situada na margem esquerda do Rio Branco, a comunidade possui uma população estimada de 1.163 habitantes (IBGE, 2010). Embora seja classificada como "aglomerado urbano" pelo IBGE, a CRVA preserva uma forte identidade ribeirinha, marcada por práticas coletivas de manejo, como a tapagem de lagos, e por uma visão de mundo que integra rio, floresta e comunidade (Veras, 2022). Essa tensão entre a categorização oficial e a identidade local constitui um eixo analítico central, como discutido por Diegues (2000) em seus estudos sobre a invisibilidade estatística das populações tradicionais.

A coleta de dados ocorreu entre abril de 2023 e julho de 2024, período correspondente à estação seca, quando as atividades pesqueiras e agrícolas se intensificam. Para identificar os principais atores envolvidos nos arranjos socioprodutivos, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas, com roteiros adaptados de Cervo e Bervian (2007) e selecionados por meio do método snowball (Mattar, 2001). Embora haja críticas quanto ao possível viés dessa técnica (Aaker et al., 2004), sua aplicação mostrou-se eficaz para acessar redes sociais fechadas, garantindo a saturação temática.

Para entender melhor o impacto econômico dos arranjos locais, foram reunidas informações de diversas fontes. A observação direta, feita durante períodos de convivência na comunidade, permitiu registrar o dia a dia dos moradores, como os mutirões de pesca, onde os homens se encarregam da captura dos peixes, enquanto as mulheres lidam com o processamento do pescado e outras tarefas. Já os desafios que afetam esses arranjos foram analisados a partir de um estudo de conteúdo (Bardin, 2011), categorizando as respostas em temas como a divisão do trabalho, a circulação da renda, os conflitos e influências externas, além das percepções sobre sustentabilidade.

A ética e a responsabilidade social permearam todo o processo. Todos os participantes assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (Resolução CNS 510/2016), e dados sensíveis, como "denúncias", foram anonimizados. A pesquisa está registrada no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Roraima, sob o número CAAE: 72851923.9.0000.5302.

#### **V. Resultados**

Historicamente, a pesca artesanal na Amazônia é um legado dos povos indígenas, com técnicas como o uso de arpões e armadilhas de cipó, que foram adaptadas após a chegada dos colonizadores europeus, os quais introduziram redes e embarcações a remo (Furtado, 1981). Essa fusão cultural, conforme apontado por Diegues (2000), reflete um "conhecimento etnológico hidrológico" que foi transmitido de geração em geração, sendo essencial para o manejo de espécies como o tambaqui (*Colossoma macropomum*) e o pirarucu (*Arapaima gigas*).

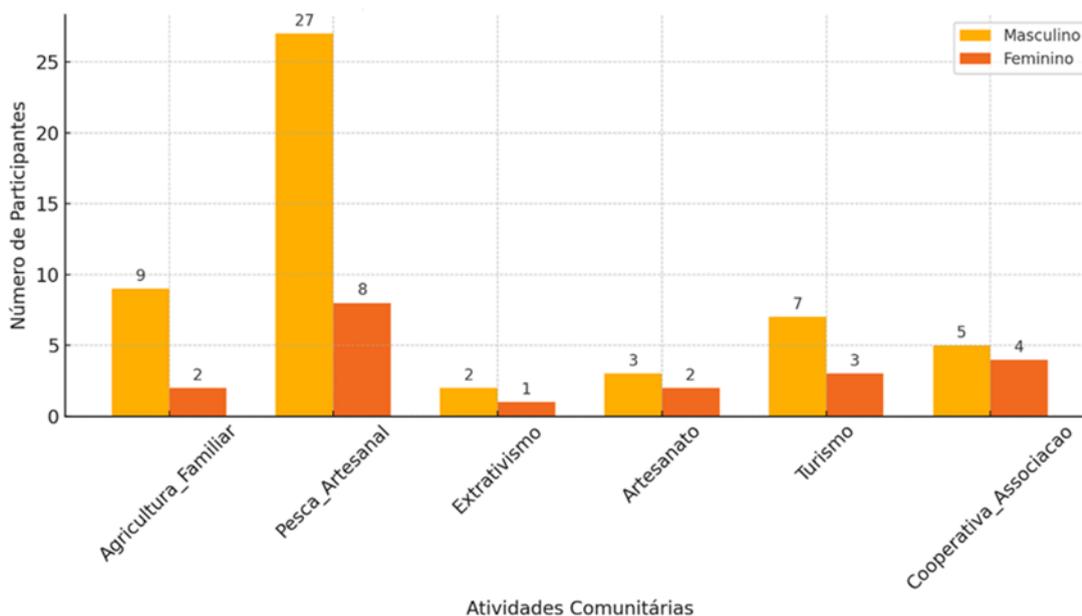
Na CRVA, o conhecimento tradicional é essencial para adaptar-se aos ciclos naturais do Rio Branco. Durante as cheias, quando lagos temporários se formam, e na seca, período em que as praias expostas se tornam áreas de pesca intensa, esse saber ancestral orienta as práticas cotidianas. Estudo recente de Savaris et al. (2025) destaca que, na região, os homens predominam nas atividades de pesca artesanal e agricultura familiar, um padrão que reflete dinâmicas socioculturais enraizadas. Como evidenciam os relatos colhidos em campo, essas práticas são transmitidas entre gerações, seguindo trajetórias que vão da herança paterna até o ensino conduzido por lideranças comunitárias.

Desde pequenos, os moradores das margens do rio aprendem a perceber os sinais da natureza. Eles sabem quando a água vai subir ou baixar observando o vento, as nuvens e até o comportamento dos animais. Além disso, conhecem técnicas antigas para pescar os peixes mais procurados da região, um conhecimento que

passa de geração em geração. Mais do que garantir o sustento, essa sabedoria forma uma conexão entre o passado, o presente e o futuro, mantendo o equilíbrio com a floresta e os rios que os cercam.

A Imagem 01, apresentada na pesquisa de campo realizada em 2024, ilustra a distribuição de gênero nas atividades da CRVA. Os dados revelam que 68% dos participantes no cooperativismo são mulheres, enquanto 72% das atividades de pesca artesanal são lideradas por homens.

**Imagem 01 – Participação por gênero em atividades comunitárias na CRVA**



Fonte: Savaris (2025).

Em reunião com os pescadores da Associação Comunitária dos Pescadores de Vista Alegre (ACPV), observou-se uma predominância masculina tanto nas atividades pesqueiras quanto nas posições de liderança. Essa configuração tem gerado insatisfação entre as mulheres, que denunciam menor acesso e influência nas decisões associativas, reforçando hierarquias de gênero historicamente enraizadas. Embora a participação feminina em associações amazônicas tenha crescido nas últimas décadas, com atuações expressivas em colônias de pescadores, cooperativas rurais e extrativismo, a representatividade em cargos decisórios permanece restrita, perpetuando desigualdades estruturais (Almeida, 2004).

Embora os homens ainda sejam os principais responsáveis pela pesca, as mulheres da comunidade vêm ocupando cada vez mais espaço em atividades como cooperativas, artesanato e turismo. Muitas se unem para fortalecer a produção e expandir a venda de produtos regionais, como bijoias feitas com sementes e outros insumos naturais. Além de gerar renda, essas iniciativas criam novas possibilidades, tornando-as menos dependentes das atividades tradicionais dominadas pelos homens. No fundo, esse movimento não se resume apenas à economia – ele também muda a forma como o trabalho feminino é visto dentro da comunidade.

Na CRVA, observou-se um protagonismo feminino na comercialização direta do pescado, com mulheres negociando diretamente com compradores de Caracará, Boa Vista e outras regiões de Roraima. Essa prática reduz a intervenção de intermediários e aumenta a renda familiar. No entanto, surgem tensões culturais, pois há resistências à mudança nos arranjos de gênero tradicionais, refletindo a persistência de hierarquias patriarcais. Saffioti (2004) destaca que, embora as mulheres participem ativamente da pesca, especialmente no beneficiamento e comercialização, sua representatividade em cargos decisórios permanece limitada, perpetuando desigualdades estruturais.

A região consome anualmente 325 mil toneladas de pescado, triplicando a média nacional, com 89,07% proveniente da pesca extrativista. Essa atividade movimenta R\$ 400 milhões por ano, sustenta 368 mil pescadores e assegura a segurança alimentar de milhares de famílias. Becker (2004) destaca que esses números evidenciam a centralidade socioeconômica da pesca, desafiando modelos desenvolvimentistas que negligenciam a contribuição de mulheres e comunidades tradicionais na manutenção desses sistemas.

A pesca artesanal na região do Baixo Rio Branco está profundamente integrada às cadeias produtivas que conectam comunidades como a CRVA a centros urbanos, incluindo Boa Vista e Manaus. Veras (2020) destaca que o escoamento do pescado para feiras municipais não apenas gera renda, mas também fortalece os

laços regionais, embora a dependência de intermediários ainda possa limitar os ganhos.

A dinâmica territorial da CRVA está intrinsecamente ligada às atividades extrativistas, tanto animais quanto vegetais, que estruturam a organização social e econômica local. No entanto, a escassez sazonal de pescado durante o período de defeso compromete a segurança alimentar e amplia os riscos de insegurança econômica, expondo a vulnerabilidade de um sistema dependente dos ciclos naturais (Diegues, 2006).

A dependência dos pescadores da Amazônia em relação ao meio ambiente e às políticas públicas ressalta um dilema: como equilibrar a preservação da natureza com a necessidade de sustento dessas comunidades? O seguro-defeso, criado pelo Decreto nº 8.424/2015, surgiu como uma solução para garantir um mínimo de estabilidade financeira durante o período de restrição da pesca. Na prática, porém, os atrasos constantes no pagamento desse benefício deixam muitas famílias em situação de vulnerabilidade. O impacto vai além das dificuldades materiais — a incerteza sobre quando o dinheiro será depositado gera tensão, afeta a dinâmica social e impõe um desgaste emocional contínuo. Essa realidade expõe falhas na gestão pública e reforça as conclusões de Silva e Oliveira (2020) sobre a precariedade da política de apoio aos pescadores.

Nas reuniões com os participantes da pesquisa essa questão foi muito debatida já que a pesca artesanal na CRVA configura-se como eixo vital para segurança alimentar e reprodução sociocultural, transcendendo a mera subsistência. No Baixo Rio Branco, região de sazonalidade extrema entre cheias e secas, essa atividade entrelaça-se a redes de saberes ecológicos, identidade ribeirinha e práticas econômicas ancestrais, conforme descreve Moran (1993). Como ressalta Diegues (2006), a pesca artesanal representa um “sistema adaptativo complexo”, onde economia, cultura e ecologia coexistem de forma simbiótica – relação ameaçada tanto por pressões externas quanto por políticas públicas descontextualizadas.

Essas atividades não apenas garantem a segurança alimentar e a renda da população local, mas também refletem um modelo de economia circular, onde os recursos são geridos de forma sustentável e coletiva. Segundo Moran (1993) e Diegues (2000), esse modelo de organização tradicional minimiza desperdícios e fortalece a biodiversidade, consolidando um sistema produtivo adaptado às dinâmicas do meio fluvial. Um dos entraves críticos observado na CRVA é a falta de acesso a tecnologias de conservação do pescado, como câmaras frigoríficas ou técnicas de processamento. Essa carência força as mulheres a venderem o produto *in natura* a preços aviltados, limitando a expansão comercial e perpetuando a dependência de intermediários. Como destacam Alencar e Moreira (2019), a ausência de infraestrutura de beneficiamento na Amazônia reforça assimetrias nas cadeias produtivas, concentrando lucros em agentes externos às comunidades.

A organização social em colônias de pescadores, instituída em 1923 (CNPA, [s.d.]), representa um marco na formalização da atividade, fortalecendo a identidade coletiva e a defesa de direitos (Furtado, 1981). Em Vista Alegre, a Colônia Z-33 exemplifica os princípios de Ostrom (1990) sobre governança de recursos comuns: regras consuetudinárias, como períodos de defeso informal e cotas de captura, são estabelecidas coletivamente, evitando a sobreexploração.

A análise dos arranjos socioprodutivos alinha-se com as contribuições de Veiga (2008), que defendem modelos econômicos híbridos, capazes de integrar mercado e solidariedade. Os mutirões de pesca, com divisão de tarefas por gênero, exemplificam como relações comunitárias e associativas coexistem, gerando resiliência socioeconômica. Outrossim, a migração de jovens para centros urbanos, analisada por Gusfield (1975) como “desterritorialização pós-moderna”, sinaliza riscos à continuidade desses arranjos, exigindo políticas que valorizem a educação local e oportunidades endógenas.

Os entrevistados relataram que os jovens da comunidade demonstram crescente desinteresse pela pesca tradicional, expressando o desejo de migrar para a capital do Estado ou para o Sul de Roraima em busca de oportunidades. No entanto, a falta de recursos financeiros e a escassez de políticas públicas que facilitem o acesso à educação técnica ou ao emprego formal limitam muitas aspirações dos entrevistados. Paralelamente, observa-se um envelhecimento populacional na comunidade, com redução no registro de nascimentos – tendência que contrasta com o caso do presidente da associação local, que possui em torno de 45 filhos espalhados pelos estados do Brasil, realidade que, segundo os moradores, não serve de modelo para as demais famílias.

Em observação dos residentes da CRVA o turismo surge como uma atividade socioprodutiva relevante para homens e mulheres do Baixo Rio Branco, embora sua dinâmica seja desigual entre as comunidades vizinhas. Na CRVA, por exemplo, identificou-se que o local funciona principalmente como ponto de passagem para embarque e desembarque de turistas da pesca esportiva, sem consolidar-se como destino de permanência ou interação significativa. Essa condição, confirmada por relatos dos moradores durante a pesquisa, contrasta com outras comunidades da região que atraem fluxos turísticos estruturados, como Santa Maria do Boiaçu e Terra Preta, onde empresas de pesca esportiva (Itapará Sport Fishing, Royal Amazon Lodge) operam com infraestrutura dedicada (Lima, 2019).

A atuação dessas empresas em polos como Lago Grande e Canauini tem reconfigurado o acesso aos recursos pesqueiros, gerando impactos ambíguos. Por um lado, dinamizam a economia local através do turismo de pesca esportiva; por outro, restringem áreas tradicionalmente usadas pela pesca artesanal, afetando

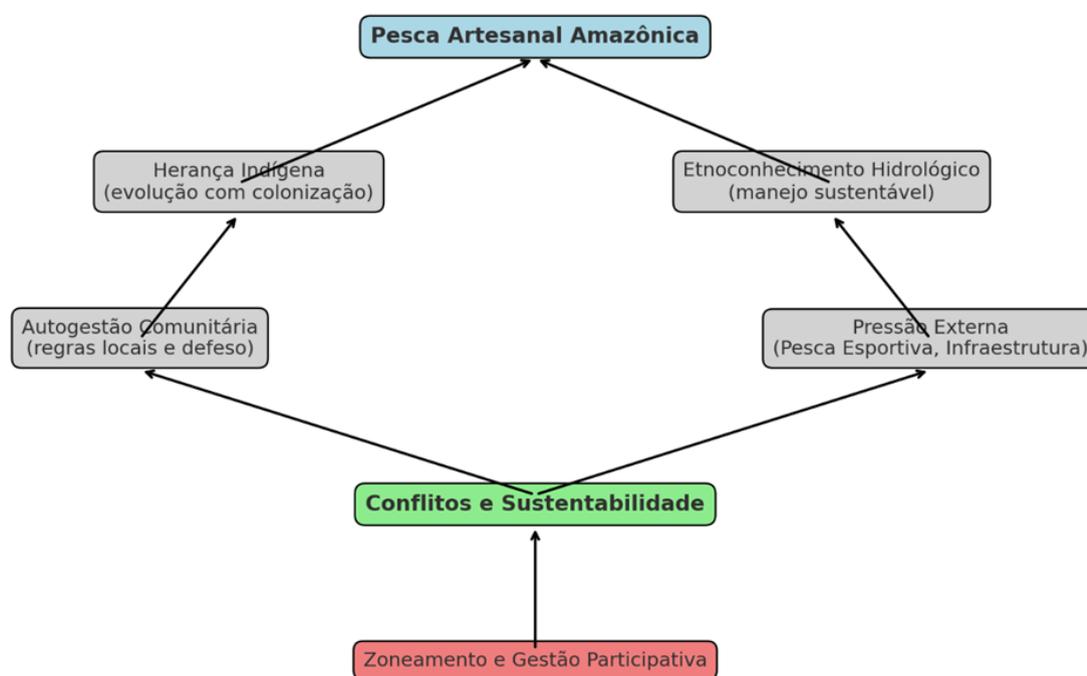
subsistência e práticas culturais ribeirinhas (Castro, 2000). Comunidades como Sacai, Remanso e Caicubí ilustram essa dualidade: oferecem infraestrutura logística e intercâmbio cultural, permitindo que turistas vivenciem modos de vida tradicionais – experiência ainda incipiente na CRVA, conforme observado em campo.

Embora haja interesse dos residentes de CRVA em se integrar ao turismo, foram identificados diversos obstáculos, tanto de ordem estrutural quanto de processos e pessoas, que dificultam seu avanço. Em entrevistas, os respondentes mencionaram a carência de saneamento básico, a coleta de lixo inadequada, além da falta de hotéis e pousadas, e a ausência de guias capacitados. Também foi observado que os moradores não possuem formação para gerenciar atividades empresariais, como finanças, atendimento ou manipulação de alimentos. Esses fatores podem comprometer a conexão com o turismo desenvolvido em outras comunidades vizinhas.

Um conflito emblemático na CRVA identificado é a tensão entre pesca artesanal e esportiva. Enquanto empresas externalizam benefícios (como geração de renda sazonal) para comunidades vizinhas, na CRVA, as restrições impostas por operadoras de turismo limitam o acesso a lagos e igarapés, historicamente usados para subsistência. Para Berkes (1998) e Castro (2000), políticas públicas que integrem zoneamentos bioculturais – demarcando áreas de uso exclusivo para pesca tradicional – e gestão participativa (via protocolos comunitários, como o desenvolvido com o MPF) são urgentes para equilibrar interesses econômicos e direitos territoriais.

A imagem 2 expõe um quadro esquemático como está configurado hoje a dinâmica da CRVA

### Organização e Sustentabilidade da Pesca Artesanal na Amazônia



Fonte: Autores (2024).

Ainda sobre a Imagem 1 viu-se que a crescente participação feminina em cooperativas e atividades artesanais na CRVA reflete novos arranjos. Essas iniciativas não apenas fortalecem redes de comercialização, mas também reconfiguram papéis de gênero, posicionando mulheres como agentes centrais na geração de renda e na preservação de saberes tradicionais.

A busca por alternativas econômicas lideradas por mulheres não é casual. A região do Baixo Rio Branco, marcada por uma sazonalidade extrema (cheias e secas) e por pressões de grandes projetos de infraestrutura – como a pavimentação da BR-174 e a construção de pontes que redirecionaram fluxos logísticos –, impôs rupturas nas dinâmicas locais. Antes central na conectividade regional, CRVA perdeu parte de sua relevância geográfica, obrigando a comunidade a buscar novas fontes de subsistência.

De acordo com Veras (2022), antes da construção da BR-174, que liga Roraima ao Amazonas, Vista Alegre era um entreposto comercial de grande importância. Na época, o Rio Branco era a única via de acesso à comunidade, e a navegação só era possível no período das cheias, o que limitava o fluxo de mercadorias e pessoas a aproximadamente seis meses por ano. Com a abertura da rodovia e a implementação de balsas para a travessia do rio, o cenário mudou drasticamente. O acesso facilitado impulsionou a migração para a região,

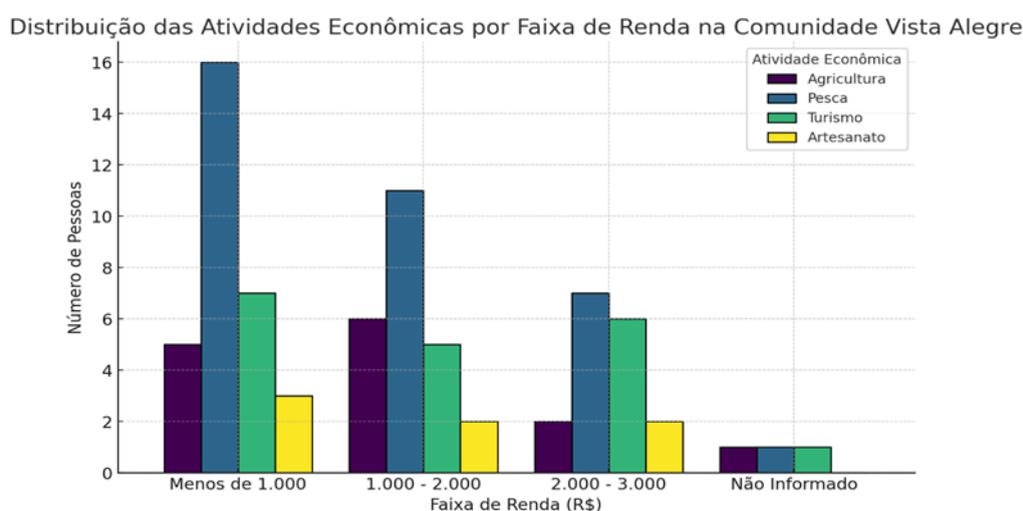
alterando a dinâmica socioeconômica, de forma negativa, da vila.

De acordo com os entrevistados a construção da ponte sobre o Rio Branco, por volta dos anos 2000, reduziu a dependência das balsas, afetando tanto a economia local quanto a demografia da região. Esse período de transição foi lembrado com nostalgia pelos moradores, que referem-se à época das balsas como o "período de fartura" de Vista Alegre.

Diante das crescentes dificuldades com a perda de centralidade houve a necessidade diversificação econômica protagonizada por mulheres surge como resposta à vulnerabilidade socioespacial, conforme analisado por Porto-Gonçalves (2006) em contextos amazônicos similares. Apesar do protagonismo econômico, a sobrecarga de trabalho feminino persiste como um desafio estrutural. Mulheres acumulam funções no artesanato, pesca, agricultura de subsistência e cuidados domésticos – uma jornada múltipla que reflete a divisão sexual do trabalho historicamente enraizada aponta em outras realidades por Saffioti (2004).

Foi identificado que a geração de renda em CRVA é sustentada por uma combinação de atividades tradicionais profundamente ligadas aos saberes ancestrais e adaptadas às condições ambientais da região amazônica. A Imagem 03 apresenta as Atividade Econômicas por Faixa de Renda na Comunidade

Imagem 03 – Distribuição das Atividade Econômicas por Faixa de Renda na Comunidade Vista Alegre, em Caracará/RR



Fonte: Savaris (2025).

A pesca artesanal, a agricultura de subsistência e o extrativismo vegetal formam a espinha dorsal da economia local. Entre essas atividades, a agricultura se destaca, com o cultivo de mandioca, milho, feijão e frutas típicas da região, como açaí, cupuaçu e banana, adaptadas aos solos de várzea e aos ciclos sazonais do Rio Branco. Esses cultivos não só garantem a segurança alimentar das famílias, mas também geram excedentes que são vendidos em feiras locais, como as de Caracará (RR), onde produtos como farinha de mandioca e polpas de frutas são comercializados (Lima, 2019). Essa prática contribui para a complementação da renda familiar, embora os desafios econômicos e estruturais sejam evidentes, especialmente em tempos de escassez hídrica ou sazonalidade extrema.

Os entrevistados destacaram que, em 2023, houve uma seca histórica que afetou gravemente o estado de Roraima e a CRVA. A queda no nível do Rio Branco atingiu níveis críticos, o que comprometeu diversas atividades desenvolvidas na região, como a pesca, a pecuária e a agricultura, resultando em perdas significativas e agravando a insegurança alimentar. Esse modelo, dependente do regime hidrológico, revela a fragilidade das comunidades ribeirinhas, como aponta o CPRM (2023).

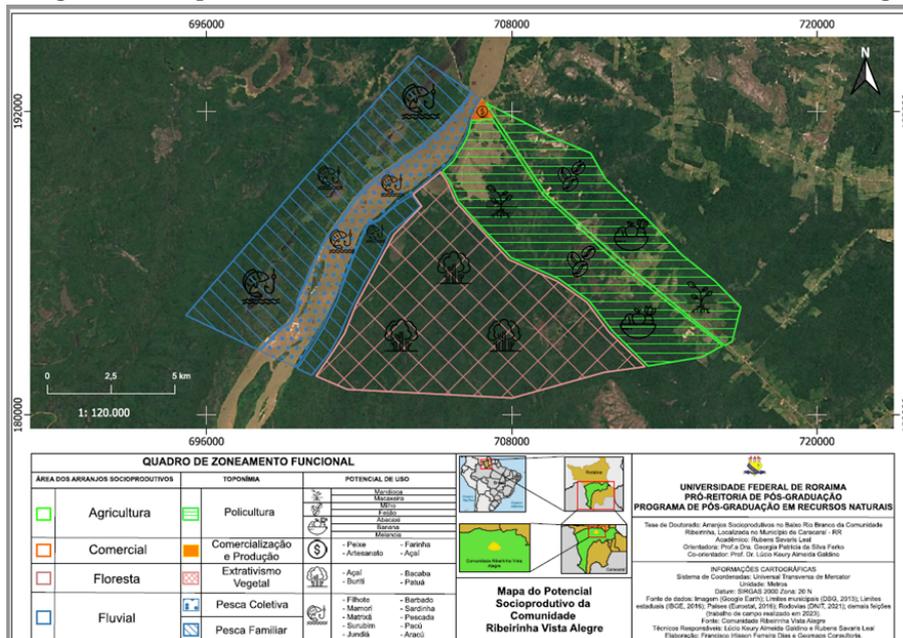
Em resposta a essas adversidades, a "economia do cuidado", liderada principalmente por mulheres, tornou-se um pilar de resiliência na CRVA. O artesanato com fibras de tucumã, sementes e biojóias surgiram como atividades complementares que garantem uma renda. Essas atividades são complementadas por programas sociais, como o Bolsa Família (atualmente Auxílio Brasil), que fornece uma ajuda mensal de cerca de R\$ 600 por domicílio, além do Seguro Defeso, que ampara os pescadores durante a entressafra. No entanto, os benefícios desses programas são frequentemente limitados pela burocracia e desatualização cadastral, o que restringe o acesso da população a tais recursos, conforme estudos do IPEA (2021).

A plantação de algumas culturas, principais produtos extrativistas da região, exemplifica a dualidade entre as práticas tradicionais e as exigências do mercado. A falta de infraestrutura para beneficiamento e a ausência de incentivos fazem com que os produtores sejam forçados a vender seus produtos por preços muito

abaixo do valor de mercado, correndo o risco de perdas totais. Outro desafio identificado foi a ausência de equipamentos adequados para o armazenamento dos da produção agrícola, o que prejudica tanto a comercialização quanto a segurança alimentar das famílias. Além disso, observou-se que a dependência de programas governamentais tem contribuído para o enfraquecimento de arranjos locais, já que o modelo de assistência social tem influenciado novos comportamentos sociais.

A imagem 04 foi construída a partir das falas dos entrevistados e evidencia a territorialidade da comunidade ribeirinha de Vista Alegre, destacando sua relação com a BR-174 e os espaços utilizados para atividades econômicas e sociais.

**Imagem 04 - Mapa da Territorialidade da Comunidade Ribeirinha Vista Alegre**



Fonte: Moradores da comunidade ribeirinha Vista Alegre, (2023).

A imagem 4 ilustra o Mapa do Potencial Socioprodutivo da Comunidade Ribeirinha Vista Alegre, evidenciando a divisão territorial baseada nas vocações socioprodutivas locais. Este mapa não apenas representa a distribuição das atividades econômicas, mas também destaca a gestão coletiva do território. Cada área colorida simboliza um componente essencial da dinâmica comunitária, formando uma rede de interdependências que sustenta a resiliência local.

Destinada à pesca artesanal, a Área Azul é o coração da segurança alimentar e econômica da comunidade. Nessa região, os pescadores atuam em sistema de cooperação, com espaços demarcados que garantem equidade no acesso aos recursos hídricos. A atividade, além de suprir necessidades básicas, permite a comercialização do excedente, gerando renda que circula internamente.

Na Área Rosa, a floresta se transformou em um laboratório vivo de práticas ancestrais. Aqui, o extrativismo de açaí, castanha-do-pará, sementes e frutos nativos não só alimenta as famílias, mas também se converte em uma economia criativa. As sementes, por exemplo, são transformadas em jóias e artesanato, agregando valor simbólico e financeiro aos produtos.

Na Área Verde, a terra é cultivada com diversidade, seguindo o modelo de policultura que prioriza a segurança alimentar. Macaxeira, batata-doce, feijão e hortaliças são plantados em pequenas lavouras familiares, seguindo ciclos agrícolas adaptados ao clima e ao solo local. Essa prática não apenas reduz a dependência de monoculturas externas, mas também preserva saberes agrônômicos tradicionais, como o uso de sementes crioulas e técnicas de rotatividade de cultivos, que mantêm a fertilidade do solo.

Eixo central da economia local, a Área Laranja abriga o mercado comunitário, onde pescados, produtos agrícolas e artesanato são negociados. Esse espaço não é apenas um ponto de trocas materiais, mas um símbolo de autonomia: preços são definidos coletivamente Feiras semanais e transformam a área em um polo de integração, onde histórias, técnicas e inovações são compartilhadas, fortalecendo laços sociais e estimulando o empreendedorismo.

Na construção coletiva do mapa, houve relatos sobre o cenário de crescente tensão com órgãos estatais, marcado pela criminalização de práticas tradicionais e pela negligência frente a crimes ambientais de grande escala. Essa dinâmica expõe uma flagrante contradição nas políticas ambientais brasileiras, que, sob o discurso

da preservação, priorizam a repressão a atividades de subsistência culturalmente enraizadas, enquanto permitem a continuidade de infrações estruturais promovidas por agentes econômicos influentes.

Em 2023, um entrevistado por exemplo, relatou que uma operação do IBAMA resultou na apreensão de 20 tartarugas e na prisão de dois pescadores que as utilizavam para alimentação familiar – prática regulada por acordos comunitários de manejo sustentável (ASSOCIAÇÃO RIBEIRINHA DA CRVA, 2022). Esse episódio, longe de ser isolado, ilustra o fenômeno da “injustiça ambiental seletiva” (ZHOURI et al., 2015), no qual populações tradicionais são alvo prioritário de fiscalizações, enquanto crimes como grilagem, desmatamento ilegal e queimadas em larga escala permanecem impunes, muitas vezes respaldados por uma lógica desenvolvimentista hegemônica.

A seletividade estatal tornou-se ainda mais evidente em fevereiro de 2024, quando o Ministério Público de Roraima (MPRR) demandou da prefeitura de Caracará a intensificação de fiscalizações para conter 162 focos de incêndio no município. Todavia, conforme relatos dos ribeirinhos e dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2024), as ações concentraram-se nas áreas ribeirinhas, restringindo o acesso a lagos essenciais para pesca e extrativismo, sob a justificativa de “proteção ambiental”. Paralelamente, queimadas em propriedades privadas – muitas delas vinculadas a desmatamento para expansão pecuária – receberam atenção marginal, revelando uma “geografia política da fiscalização” (ACSELRAD, 2010), na qual o Estado atua de forma diferenciada conforme os interesses econômicos em jogo. Enquanto comunidades tradicionais são submetidas a rigorosos controles, grandes proprietários de terra operam em uma zona de impunidade, beneficiados pela leniência institucional e pela fragilidade dos mecanismos de monitoramento.

A sistemática criminalização de práticas tradicionais gera impactos profundos na CRVA. As pessoas entrevistadas relataram ter reduzido a pesca de quelônios por medo de represálias, mesmo possuindo acordos de manejo sustentável validados pelo ICMBio desde 2019. Essa realidade não apenas compromete a segurança alimentar, mas também viola a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante o direito à consulta prévia e ao território (Almeida, 2004; Diegues, 2006). A desconsideração dos protocolos comunitários pelo Estado evidencia uma postura colonialista, que subjuga saberes locais a uma visão tecnocrática de conservação, ignorando que o extrativismo tradicional, quando regulado pelas próprias comunidades, é parte integrante da preservação socioambiental.

A CRVA representa um microcosmo das complexas interações entre a economia local, os recursos naturais e as políticas públicas na Amazônia. A resiliência das comunidades ribeirinhas depende não apenas da manutenção de suas práticas tradicionais, mas também da implementação de estratégias inovadoras de adaptação, como os sistemas agroflorestais e o beneficiamento local de produtos. Contudo, os desafios estruturais, a dependência de programas governamentais e apoio do Estado ainda são barreiras significativas para a melhoria das condições de vida e a promoção de uma economia mais sustentável e inclusiva na região.

## **VI. Considerações Finais**

Este trabalho buscou investigar as dinâmicas socioeconômicas da Comunidade Ribeirinha Vista Alegre (CRVA), destacando três eixos centrais. Inicialmente, foram mapeados os agentes-chave do território, como pescadores tradicionais, agricultores de pequena escala, grupos de mulheres cooperativadas e representantes locais. Suas atividades — desde o manejo adaptativo de recursos aquáticos até a confecção de artesanato sustentável — evidenciam um repertório de saberes ancestrais, moldado pela interação contínua com os ciclos da Amazônia. A atuação das mulheres em coletivos, ainda que permeada por assimetrias, demonstra potencial para reconfigurar papéis de gênero, integrando técnicas herdadas a iniciativas empreendedoras.

O segundo eixo destacou que a vida se sustenta entre redes de pesca e roçados familiares. São essas atividades – não planos governamentais – que mantêm de pé 8 em cada 10 famílias. Mas o que acontece quando o rio seca por meses ou quando as chuvas arrastam plantios inteiros? A colheita vira montanha de produtos perecíveis à beira da estrada, sem silos, sem transporte adequado. Nesse vai-e-vem das estações, fica claro: é preciso reinventar a economia sem apagar a sabedoria de quem conhece os ritmos da floresta.

No último eixo, identificou-se que a CRVA vive seu próprio paradoxo: querem transformá-la em produto turístico, mas faltam estrutura e equipamentos. As mulheres, que sustentam metade do céu (pescam de manhã, cuidam das crianças à tarde, reúnem-se à noite), carregam um fardo invisível. Enquanto isso, a BR-174 vai engolindo terras tradicionais, pedaço por pedaço. As políticas públicas? Chegam como pacotes prontos, surdos aos murmúrios das assembleias locais. Assim se esgarça o tecido social.

Viu-se nas entrevistas, um desabafo recorrente: "Eles vêm, fazem reunião de gabinete, e depois tudo vira letra morta". Os projetos técnicos ignoram que a maré dita o calendário da pesca, que certas plantas só crescem na vazante. As consultas comunitárias? Reduzem-se a carimbos burocráticos – assembleias-relâmpago onde decisões pré-cozidas ganham aval tácito.

Dessa maneira, infere-se que há uma arte na sobrevivência diária: redes remendadas, sementes adaptadas, trocas solidárias entre famílias. Mas até onde vai a elasticidade dessas estratégias? O peixe já não dá como antes – alguns cardumes desapareceram na última década. Sem alternativas, pesca-se até o último

tambaqui juvenil. O drama é conhecido: quem alerta sobre o colapso é tratado como inimigo do desenvolvimento.

Neste território-mosaico, cada hectare guarda um dilema: como preservar identidades sem condenar ao isolamento? Como inovar sem virar refém de tecnologias importadas? A saída talvez esteja no meio-termo que ninguém quer admitir – políticas que comecem pelo reconhecimento da inteligência local. Mulheres liderando cooperativas, jovens criando apps de monitoramento pesqueiro, anciãos orientando o manejo. Não precisam de salvadores, mas de aliados que saibam ouvir o clamor dessa comunidade que sobrevive com a (in)sustentabilidade de seus arranjos socioprodutivos.

As limitações da pesquisa incluem a concentração da coleta de dados no período de estiagem, possivelmente subestimando variações anuais, e o uso de amostragem em cadeia, que pode ter restringido a diversidade de participantes. Sugere-se, para estudos futuros, análises de ciclos hidrológicos completos e investigações sobre como megaprojetos impactam relações de gênero e dinâmicas políticas. Como aponta Castro (2000), é crucial converter saberes locais em instrumentos de advocacy — direcionamento que este estudo endossa, posicionando a CRVA como laboratório para repensar modelos de desenvolvimento na Amazônia.

### Referências

- [1] Aaker, D. A., Kumar, V., & Day, G. S. (2004). *Marketing Research* (8ª Ed.). Wiley. Disponível Em: [https://books.google.com/books/about/Marketing\\_Research.html?id=Xgfaaaaayaj](https://books.google.com/books/about/Marketing_Research.html?id=Xgfaaaaayaj) Acesso Em 10/10/2024
- [2] Aaker, D. A., Kumar, V., & Day, G. S. (2004). *Pesquisa De Marketing*. Atlas.
- [3] Adger, W. N. (2000). Social And Ecological Resilience: Are They Related? *Progress In Human Geography*, 24(3), 347–364. Disponível Em: [https://www.researchgate.net/publication/235737390\\_Social\\_And\\_Ecological\\_Resilience\\_Are\\_They\\_Related](https://www.researchgate.net/publication/235737390_Social_And_Ecological_Resilience_Are_They_Related) Acesso 15/09/2024
- [4] Almeida, A. W. B. (2004). Terras De Preto, Terras De Santo, Terras De Índio: Uso Comum E Conflito. UEA Edições. Disponível Em: [https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/C1d00048\\_0.pdf](https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/C1d00048_0.pdf) Acesso Em 20/10/2024
- [5] Almeida, A. W. B. (2004). *Terras Tradicionalmente Ocupadas*. UFAM.
- [6] Araújo, M. I., & Sampaio, C. A. C. (2004). *Economia Solidária Na Amazônia*. NAEA.
- [7] Bardin, L. (2011). *Análise De Conteúdo*. Edições 70.
- [8] Becattini, G. (1990). O Distrito Industrial Marshalliano Como Noção Socioeconômica. In F. Pyke, G. Becattini, & W. Sengenberger (Orgs.), *Distritos Industriais E Cooperação Interempresarial* (Pp. 37–51). Celta. Disponível Em: <https://journals.openedition.org/rei/6507> Acesso Em 12/12/2024
- [9] Becattini, G. (1990). The Marshallian Industrial District As A Socio-Economic Notion. In F. Pyke, G. Becattini, & W. Sengenberger (Eds.), *Industrial Districts And Inter-Firm Cooperation In Italy* (Pp. 37–51). International Institute For Labour Studies. Disponível Em: [https://www.researchgate.net/publication/228640827\\_The\\_Marshallian\\_Industrial\\_District\\_As\\_A\\_Socio-Economic\\_Notion](https://www.researchgate.net/publication/228640827_The_Marshallian_Industrial_District_As_A_Socio-Economic_Notion) Acesso Em 10/09/2024
- [10] Becker, B. (2004). *Amazônia: Geopolítica Na Virada Do III Milênio*. Garamond.
- [11] Berkes, F. (1998). *Sacred Ecology: Traditional Ecological Knowledge And Resource Management*. Taylor & Francis.
- [12] Campos, R. F., Et Al. (2008). *Arranjos Produtivos Locais E Desenvolvimento Regional: Experiências Brasileiras*. Editora SENAC.
- [13] Campos, R. F., Silva, M. A., & Oliveira, J. P. (2008). *Arranjos Produtivos Locais E Desenvolvimento Regional: Experiências Brasileiras*. Editora SENAC.
- [14] Castro, E. (2000). *Amazônia: Saberes Locais E Transformação Política*. NAEA/UFPA.
- [15] Castro, E. (2000). Território, Biodiversidade E Saberes De Populações Tradicionais. In A. C. Diegues (Org.), *Etnoconservação: Novos Rumos Para A Proteção Da Natureza* (Pp. 513–530). Hucitec. Disponível Em: <https://nupaub.flech.usp.br/sites/nupaub.flech.usp.br/files/etnoconservacao%20livro%20completo.pdf> Acesso Em 12/09/2024
- [16] Castro, E. (2000). *Território, Biodiversidade E Saberes De Populações Tradicionais*. NAEA/UFPA.
- [17] Cerro, A. L., & Bervian, P. A. (2007). *Metodologia Científica* (6ª Ed.). Pearson Prentice Hall.
- [18] Conselho Indigenista Missionário. (2022). *Relatório Sobre Violações De Direitos Indígenas No Contexto De Grandes Projetos De Infraestrutura E Garimpo Na Amazônia*. Disponível Em: [https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Relatorio\\_Violacoes\\_Direitos\\_Indigenas\\_Grandes\\_Projetos\\_Garimpo\\_Amazonia.pdf](https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Relatorio_Violacoes_Direitos_Indigenas_Grandes_Projetos_Garimpo_Amazonia.pdf) Acesso Em 11/10/2024
- [19] Diamond, J. (1997). *Guns, Germs, And Steel: The Fates Of Human Societies*. W.W. Norton.
- [20] Diegues, A. C. (2000). *O Mito Moderno Da Natureza Intocada*. Hucitec.
- [21] Diegues, A. C. (2006). *Territórios Tradicionais E Políticas Ambientais No Brasil*. NUPAUB-USP.
- [22] Feamside, P. M. (2005). Desmatamento Na Amazônia Brasileira: História, Índices E Consequências. *Megadiversidade*, 1(1), 113–123.
- [23] Gil, A. C., & Outros. (2002). *Como Elaborar Projetos De Pesquisa* (4ª Ed.). Atlas.
- [24] Gusfield, J. R. (1975). *Community: A Critical Response*. Harper & Row.
- [25] Harris, M. (1968). *The Rise Of Anthropological Theory: A History Of Theories Of Culture*. Thomas Y. Crowell.
- [26] Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. (2010). *Censo Demográfico 2010: Características Da População E Dos Domicílios: Resultados Do Universo*. Disponível Em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=793&view=detalhes> Acesso Em 10/08/2024
- [27] Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente E Dos Recursos Naturais Renováveis. (2007). *Estatística Da Pesca 2007: Grandes Regiões E Unidades Da Federação*. Disponível Em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/estatisticadepescadigital.pdf> Acesso Em 10/08/2024
- [28] Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade. (2021). *Relatório De Impactos Socioeconômicos E Ambientais De Cooperativas Na Amazônia (2015-2020)*. Disponível Em: [https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/relatorio\\_impactos\\_cooperativas\\_amazonia\\_2015\\_2020.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/relatorio_impactos_cooperativas_amazonia_2015_2020.pdf) Acesso Em 10/08/2024
- [29] Leff, E. (2001). *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*. Siglo XXI.

- [30] Lévi-Strauss, C. (1955). *Tristes Trópicos*. Plon.
- [31] Lima, A. B. (2019). *Turismo E Pesca Esportiva Na Amazônia: Dinâmicas Locais E Estratégias De Gestão Em Santa Maria Do Boiaçu E Terra Preta*. Editora Sustentável. Disponível Em: <https://Repositorio.Ufrn.Br/Handle/123456789/27247> Acesso Em 12/09/2024
- [32] Lima, A. B. (2019). *Turismo E Pesca Esportiva Na Amazônia: Dinâmicas Locais E Estratégias De Gestão Em Santa Maria Do Boiaçu E Terra Preta*. Editora Sustentável.
- [33] Little, P. E. (2002). *Territórios Sociais E Povos Tradicionais No Brasil*. UFRJ.
- [34] Mattar, F. N. (2001). *Pesquisa De Marketing (3ª Ed.)*. Atlas.
- [35] Ministério Da Pesca E Aquicultura. (2010). *Boletim Estatístico Da Pesca Artesanal: Impacto Socioeconômico E Segurança Alimentar (2010)*. Disponível Em: [https://Www.Icmbio.Gov.Br/Cepsul/Images/Stories/Biblioteca/Download/Estatistica/Est\\_2010\\_Nac\\_Boletim.Pdf](https://Www.Icmbio.Gov.Br/Cepsul/Images/Stories/Biblioteca/Download/Estatistica/Est_2010_Nac_Boletim.Pdf) Acesso Em 10/09/2024
- [36] Moran, E. (1993). *A Ecologia Humana Das Populações Da Amazônia*. Vozes.
- [37] Oliveira, J. P. (2007). *Os Instrumentos De Gestão Territorial Em Terras Indígenas No Brasil*. Museu Do Índio. Disponível Em: [https://Www.Academia.Edu/12345678/Os\\_Instrumentos\\_De\\_Gest%C3%A3o\\_Territorial\\_Em\\_Terras\\_Ind%C3%Adgenas\\_No\\_Brasil](https://Www.Academia.Edu/12345678/Os_Instrumentos_De_Gest%C3%A3o_Territorial_Em_Terras_Ind%C3%Adgenas_No_Brasil) Acesso Em 10/10/2024
- [38] Organização Internacional Do Trabalho. (1989). *Convenção 169 Sobre Povos Indígenas E Tribais*. OIT. Disponível Em: <https://Www.Oas.Org/Dil/Port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%Adgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.Pdf> Acesso Em 08/09/2024
- [39] Ostrom, E. (1990). *Governing The Commons: The Evolution Of Institutions For Collective Action*. Cambridge University Press. Disponível Em: [https://Books.Google.Com/Books/About/Governing\\_The\\_Commons.Html?Id=4xg6ouobmz4c](https://Books.Google.Com/Books/About/Governing_The_Commons.Html?Id=4xg6ouobmz4c) Acesso Em 10/10/2024
- [40] Polanyi, K. (2000). *A Grande Transformação: As Origens Da Nossa Época (2ª Ed.)*. Editora Campus. (Trabalho Original Publicado Em 1944).
- [41] Rodriguez, J. M., & Silva, M. A. (2010). *Dimensão Ambiental Nas Relações Produtivas: Uma Abordagem Holística Para A Amazônia*. Editora Da Amazônia.
- [42] Rodriguez, J. M., & Silva, R. B. (2010). *Cooperativismo Na Amazônia Setentrional*. INPA. Disponível Em: <https://Www.Inpa.Gov.Br/Publicacoes/Cooperativismo-Na-Amazonia-Setentrional> Acesso Em 10/09/2024
- [43] Sachs, I. (2003). *Desenvolvimento Incluyente, Sustentável Sustentado*. Garamond. Disponível Em: [https://Fpabramo.Org.Br/Publicacoes/Wp-Content/Uploads/Sites/3/2017/03/9788576430108\\_Inclusao\\_Social\\_E\\_Desenvolvimento\\_Sustentavel.Pdf](https://Fpabramo.Org.Br/Publicacoes/Wp-Content/Uploads/Sites/3/2017/03/9788576430108_Inclusao_Social_E_Desenvolvimento_Sustentavel.Pdf) Acesso Em 10/09/2024
- [44] Sachs, I. (2003). *Inclusão Social E Desenvolvimento Sustentável: Uma Perspectiva Socioeconômica*. Editora Fundação Perseu Abramo. Disponível Em: [https://Fpabramo.Org.Br/Publicacoes/Wp-Content/Uploads/Sites/3/2017/03/9788576430108\\_Inclusao\\_Social\\_E\\_Desenvolvimento\\_Sustentavel.Pdf](https://Fpabramo.Org.Br/Publicacoes/Wp-Content/Uploads/Sites/3/2017/03/9788576430108_Inclusao_Social_E_Desenvolvimento_Sustentavel.Pdf) Acesso Em 11/08/2024
- [45] Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, Patriarcado, Violência*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- [46] Santos, M. (1996). *A Natureza Do Espaço: Técnica E Tempo, Razão E Emoção (4ª Ed.)*. Edusp.
- [47] Santos, M. (2001). *Por Uma Outra Globalização: Do Pensamento Único À Consciência Universal (6ª Ed.)*. Record.
- [48] Silva, J. R., & Oliveira, M. A. (2020). *Políticas Públicas E Conflitos Socioambientais: Análise Do Defeso E Do Seguro-Reflexo Na Amazônia*. Editora Universitária UFPA.
- [49] Veiga, J. E. Da. (2008). *Desenvolvimento Sustentável: O Desafio Do Século XXI (3ª Ed.)*. Garamond. Disponível Em: <https://Www.Garamond.Com.Br/Livros/Desenvolvimento-Sustentavel-O-Desafio-Do-Seculo-Xxi> Acesso Em 10/10/2024
- [50] Veras, A. (2020, Fevereiro). *Entrevista Realizada Em Missão Institucional Sobre As Dinâmicas Socioprodutivas No Baixo Rio Branco*. [Entrevista]. Universidade Federal De Roraima.
- [51] Veras, A. T. R., Souza, V., Nogueira, F. M. M., Monteiro, A. R., & Souza, F. M. (2014). *História Local Através Das Memórias Pessoais: Um Estudo De Caso Da "Vila" Vista Alegre/Município De Caracarái – Roraima*. *Anais Da 66ª Reunião Anual Da Sociedade Brasileira Para O Progresso Da Ciência*. Recuperado De <https://Www.Sbpcnet.Org.Br/Livro/66ra/Resumos/Resumos/6128.Htm> Acesso Em 12/08/2024